



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

A construção da masculinidade e sua associação com a mortalidade por homicídios em homens nos estados da região Nordeste

Karina Cardoso Meira¹; Rayane Saraiva Félix²; Sandra Michelle Bessa de Andrade
Fernandes², Laiane Felix Borges², Taynãna César Simões³

(Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹, cardosomeira@yahoo.com.br Escola de
Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte², rsf1601@hotmail.com; Escola de Saúde da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte², michellebessa@hotmail.com; Instituto de Pesquisa René Rachou
ou Fundação Oswaldo Cruz de Minas Gerais³, taynana.simoies@minas.fiocruz.br).

Resumo: A masculinidade tem sido hegemonicamente associada a um conjunto de pensamentos e práticas relacionados à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica do homem. E essa construção social do que é ser homem, contribuí para que os homens sejam as maiores vítimas e perpetradores de violências. Neste contexto, os homicídios em homens constituem-se a principal causa de óbito em adolescentes de 15-19 anos e adultos jovens, e na última década essa causa de mortalidade apresentou aumento expressivo nos estados da região Nordeste. Assim, buscou-se analisar a mortalidade por homicídios em homens nos estados da região Nordeste na faixa etária de 15 a 80 anos e mais, com base nos dados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade. Utilizou-se como metodologia a variação anual percentual estimada, para avaliar a tendência temporal. A taxa de mortalidade média para o período na região Nordeste foi de 58,68 óbitos por 100.000 homens, sendo as maiores taxas observadas nos estados de Alagoas (157,74) e Pernambuco (109,58). Observou-se aumento do risco de morte em todos os estados no período de 2010 a 2014, e para os homens nascidos após a década de 1960. A redução da taxa de mortalidade infantil nas últimas duas décadas, promoveu aumento do número absoluto e proporcional de adolescentes e jovens na estrutura populacional nas décadas seguintes. Gerando descontinuidade de coorte, em que há oportunidades de vida reduzida para estes jovens, aumentando sua exposição às distintas formas de violências.

Palavras-chaves: Homicídios, Mortalidade, Estudos ecológicos, Masculinidade.

INTRODUÇÃO

A masculinidade tem sido hegemonicamente associada a um conjunto de pensamentos e práticas relacionados à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica do homem (SOUZA, 2005). Relacionando-se ao conjunto de valores e papéis

sociais esperados para um homem, em determinada cultura (KEIJZER, 2003). O padrão de masculinidade baseia-se na heterossexualidade, racionalidade e o privilégio de exercer atos violentos, como expressão de virilidade (NASCIMENTO, et al.,2009; VILLASEÑOR-FARIAS e CASTAÑEDA-TORRES,2003). E neste contexto, o ser homem e jovem amplifica a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

vulnerabilidade à violência, tendo em vista que muitas vezes este para acessar o mundo adulto, e se tornar homem, pode defrontar-se com o caminho da violência, tanto como vítimas quanto executores (NASCIMENTO, et al.,2009).

O grau de vulnerabilidade dos jovens homens à violência apresenta diferenciais importantes de acordo com a raça e classe social. Os jovens negros moradores das periferias das cidades, apresentam maior risco de vitimação por violência letal, devido à violência estrutural dos territórios que residem. Estas localidades são caracterizadas por superposição de carências, devido à falta de acesso aos direitos sociais e humanos fundamentais, constituindo-se em “zonas de não Estado de Direito” (ZALUAR et al.,1994; SOUZA et al.,2010; PERES et al.,2010). Realidade que amplia o grau de vulnerabilidade dos adolescentes, que por si só, já estão fragilizados devido à passagem da infância para a idade adulta (NASCIMENTO et al.,2009).

Neste cenário, os homicídios, constituem-se um grave problema de Saúde Pública, sobretudo nas faixas etárias de 15 a 29 anos. E anualmente, estima-se no mundo meio milhão de mortes por assassinato, gerando impactos sociais, econômicos e na dinâmica

demográfica das populações. Especialmente, devido aos anos potenciais de vida perdidos e anos potenciais de vida perdidos devido às incapacidades geradas pela violência interpessoal (OMS, 2014).

Em 2012, foram registrados 475 mil homicídios no mundo (6,7 óbitos/100.000 habitantes), mais de 60 mil destes óbitos ocorreram no Brasil (20,7 óbitos/100.000 habitantes). Observaram-se os menores coeficientes de mortalidade nos países altamente desenvolvidos (3,8 óbitos/100.000 habitantes) e os maiores nos países em desenvolvimento, destacando-se a América Latina, como uma das regiões mais violentas do mundo. Nesta região, a taxa de mortalidade, correspondeu a 28,5 homicídios por 100.000 habitantes, 4,25 vezes a taxa de mortalidade mundial, tendo as armas de fogo como o principal meio pelo qual os homicídios foram perpetrados (OMS, 2014).

Os homicídios no território brasileiros são inferiores apenas aos apresentados por países que representam as regiões mais violentas do mundo: Honduras, El Salvador, Venezuela, Guatemala e Colômbia (WAISELFISZ, 2016; OMS, 2014).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Assim, como observado nas regiões do mundo, a mortalidade por homicídio no Brasil, tem maior magnitude em localidades com precárias condições de infraestrutura e de equipamentos sociais (BARCELLOS et al.,2002; BARCELLOS, 2003; GRACIE et al.,2014; ZALUAR et al.,1994). Outro padrão também recorrente se refere às características das vítimas: no Brasil e no mundo elas são prioritariamente jovens do sexo masculino, de raça/cor preta e parda, com baixa escolaridade e, conseqüente, baixa qualificação profissional, acesso ao emprego e renda (ZALUAR et al.,1994; SOUZA et al.,2010; PERES et al.,2010).

Os homicídios representam em nosso país a principal causa de óbito no capítulo das causas externas desde a década de 1980, com aumento de sua tendência temporal e magnitude ao longo das décadas seguintes (WAISELFISZ, 2016; STEEVES et al.,2015; ANDRADE e DINIZ,2013).

Acredita-se que esta realidade esteja associada à urbanização acelerada e mal planejada das cidades brasileiras, para onde migraram amplas parcelas populacionais vindas de áreas rurais e de regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente. Este contingente populacional foi empurrado para as periferias dessas cidades, e

territórios estes nos quais ainda persiste extrema precariedade dos equipamentos sociais necessários à sobrevivência e a uma vida digna. Somado a isto, nestas localidades temos a presença do narcotráfico, a Política de Segurança Pública belicista baseada no confronto e os conflitos urbanos entre facções criminosas, além das desigualdades socioeconômicas, que mantêm milhares de jovens sem acesso aos direitos de cidadania básicos, expondo-os a serem vítimas ou executores de violência letal (REICHENHEIM et al., 2011).

Até os primeiros anos, do século XXI, os maiores coeficientes de homicídios concentravam-se nas regiões metropolitanas do Sudeste, no entanto, observou-se um deslocamento da mortalidade para o interior do Brasil, destacando-se o aumento vertiginoso dos homicídios na região Nordeste (WAISELFISZ, 2016; ANDRADE e DINIZ,2013).

Nesta região, a mortalidade por homicídio aumentou mais de 80% quando se compara os anos de 2004 e 2014, destacando-se as cidades de Natal (+441,4%), Fortaleza (+342,3%) e São Luís (+334,4%). A cidade do Recife foi a única localidade com redução nas taxas de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

mortalidade (-54,0%) ao compara-se esses dois anos (WAISELFISZ, 2016; REICHENHEIM et al., 2011).

O processo de disseminação e interiorização da violência, e aumento nas cidades do Nordeste, pode ser explicado em parte pela guerra fiscal empreendida por alguns municípios, com vistas a atrair grandes empresas e também pelos Programas de transferência de renda. Processos que ampliaram a circulação de dinheiro nestas cidades, tornando-as mais atrativas para o comércio de drogas ilícitas. E desta maneira, houve aumento dos homicídios devido às disputas por território, assassinatos de devedores e de trabalhadores do tráfico com condutas desviantes (WAISELFISZ, 2016; ANDRADE e DINIZ, 2013; CERQUEIRA e MOURA, 2015).

A implantação de pólos industriais pode gerar desarranjo social, devido aos processos migratórios de pessoas em busca de novas oportunidades, no entanto o aumento populacional não é acompanhado de Políticas Públicas, de saúde, educação, moradia e Segurança Pública. Cenário que contribuí para o aumento da violência interpessoal, e de atos violentos letais (CERQUEIRA e MOURA, 2015).

Outra hipótese para o processo de disseminação e interiorização da violência, pode ser devido aos recursos do Fundo de Segurança Pública (Plano Nacional de Segurança Pública) que foram destinados para os estados mais violentos à época, início dos anos 2000, permitindo a melhoria das estruturas dos aparelhos de Segurança Pública desses estados, e como consequência, observou-se redução importante nos homicídios, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro (WAISELFISZ, 2016; STEEVES et) 2015; ANDRADE e DINIZ, 2013).

Frente ao exposto o presente estudo tem como objetivo analisar a tendência da mortalidade por homicídio em homens residentes nos estados da região Nordeste, na faixa etária a partir de 15-19 até 80 anos e mais, no período de 1980 a 2014, avaliando a evolução temporal de acordo com a idade, período e coorte.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico de tendência temporal dos homicídios em homens nos nove estados da região Nordeste do Brasil, no período de 1980 a 2014. Os dados oficiais de mortalidade foram obtidos junto ao Sistema de Informações Sobre Mortalidade



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

(SIM/DATASUS), do Ministério da Saúde. Correspondendo aos registros de óbitos referentes a agressão: E960 a E969 da Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, nona revisão (CID -9) e os códigos X85 a Y09 da Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, décima revisão (CID-10).

Sabe-se que as taxas de mortalidade sofrem a influência das alterações na certificação dos registros de óbito e da qualidade dos sistemas de informação de mortalidade. Deste modo, neste estudo também foi analisada a evolução da mortalidade por evento cuja intenção é indeterminada (ECI), correspondendo às codificações E980 a E989, da CID-9 e Y10 a Y34, na CID-10, pois muitos óbitos registrados com esta codificação correspondem a mortalidade por homicídios (CERQUEIRA, 2013; CERQUEIRA, 2012).

Com vistas a calcular as taxas brutas e padronizadas de mortalidade, obteve-se os dados populacionais junto ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) com base nos Censos populacionais de 1980, 1991, 2000 e 2010. Destaca-se que as projeções intercensitárias

para as populações de 1º de julho dos anos intercensitários foram às estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Coletados os registros de óbitos e os dados populacionais, calcularam-se taxas específicas por faixa etária, por ano, e padronizadas pelo método direto, tendo como população padrão, a população Mundial proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

As faixas etárias foram agrupadas em intervalos de cinco anos, iniciando com a de 15 a 19 anos e finalizando com de 75 e mais anos, totalizando treze grupos etários. Os períodos também foram agrupados em intervalos de cinco anos e constituíram sete períodos (1980 a 1984, 1985 a 1989, 1990 a 1994, 1995 a 1999, 2000 a 2004, 2005 a 2009 e 2010 a 2014). Finalmente, as coortes de nascimento iniciaram em 1905 e terminaram em 1999, perfazendo 19 coortes de nascimento.

Para avaliar a evolução da mortalidade segundo idade, período e coorte, construíram-se os seguintes gráficos: a) taxa média segundo faixa etária e estado da região Nordeste; b) taxa de mortalidade média padronizada, segundo período e estado da região



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nordeste; c) taxa média segundo coorte e estado da região Nordeste

Com o objetivo de avaliar a evolução das taxas de mortalidade por homicídios nos nove estados da região Nordeste no período de 1980 a 2014, analisou-se a tendência de mortalidade por homicídio e evento cuja intenção é indeterminada, em homens nas faixas etárias de 15 a 19 e 80 anos e mais, por meio da variação percentual anual estimada (EAPC).

A variação percentual anual estimada (EAPC, ou “*Estimated Annual Percent Change*”) é calculada ajustando-se a regressão linear do logaritmo natural das taxas (r). Nesta a análise variável explicativa é o ano calendário; ou seja, $y=mx+b$ onde $y=\ln r$ e $x=\text{ano calendário}$.

No cálculo da EAPC utiliza-se a seguinte fórmula $EAPC=100((e^m)-1)$, na qual testa-se a hipótese nula de variação percentual anual igual a zero, o que é equivalente a testar a hipótese de que a inclinação da linha na equação, $y=mx+b$ é igual a zero. Tal hipótese apresenta uma distribuição t de Student $t=\frac{m}{SEm}$, onde m é o coeficiente angular da regressão linear simples do logaritmo natural das taxas usando o tempo como variável explicativa. E SEm é o erro padrão do

coeficiente angular, com o número de graus de liberdade igual ao número de anos calendário menos dois. Este cálculo supõe que a taxa cresce ou decresce linearmente de ano a ano, durante a totalidade do intervalo de tempo em consideração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A taxa de mortalidade média por homicídios nos homens na região Nordeste, no período de 1980 a 2014 (58,68 óbitos por 100.000 homens), representou 10,55 vezes a mortalidade entre as mulheres (5,27 óbitos por 100.000 mulheres). Realidade que pode ser explicada pelo processo de construção da masculinidade, que faz os homens serem as maiores vítimas e perpetradores de violência. Sabe-se que os fatores associados a mortalidade em mulheres e homens são diferenciados, sendo o feminicídio a maior expressão da violência de gênero. No entanto, os assassinatos nos dois gêneros têm o heteropatriarcado como pano de fundo, pois associa ao ser homem à virilidade, o uso da força e à heteronormatividade (AKOTIRENE, 2018). Neste sentido, Meneghel e Hirata (2011) afirmam que existe uma relação entre violência urbana (interpessoal) e a violência de gênero, os dados de mortalidade por homicídios, no período de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

2003 à 2007, confirmam esta hipótese, pois os estados brasileiros com as maiores taxas de violência urbana apresentaram os maiores coeficientes de feminicídio (MENEGHEL e HIRATA, 2011). Perfil semelhante foi verificado nos estados da região Nordeste no período de 1996 a 2012 (NORTE, 2016; NORTE et al.,2017).

Segundo Souza (2009) a maior mortalidade em homens por homicídio e acidente de transporte relaciona-se a dois símbolos masculinos aos quais os meninos são expostos desde a primeira infância, as armas e os carros, representando respectivamente, poder de vida ou morte, poder de locomoção, liberdade, velocidade e prestígio social.

No período estudado, a região Nordeste apresentou 317.711 óbitos por homicídios em homens (58,68 óbitos por 100.000 homens), as maiores taxas de mortalidade médias padronizadas, por 100.000 homens, foram observadas nos estados de Alagoas (157,74 óbitos), Pernambuco (109,58 óbitos) e Sergipe (57,37 óbitos), inserindo esta região como uma das localidades mais violentas do mundo, com coeficientes de mortalidade mais elevados do que os apresentados por regiões que se encontram em guerra (ALONSO-VILLAR,2011).

A alta magnitude e tendência ascendente das taxas de homicídio Brasil, e região Nordeste, tem se mantido, em que pese não serem territórios com disputas territoriais e guerra civil (ALONSO-VILLAR,2011; STEEVES et al.,2015).

E assim, questiona-se por quê a sociedade brasileira naturalizou a violência?

A resposta encontra-se no racismo que estrutura a sociedade brasileira. E que faz com que mais de 70% das vítimas sejam, jovens negros moradores das periferias das cidades (CERQUEIRA et al.,2017; NORTE,2016).

Estudo realizado por Cerqueira e Coelho (2017), na cidade do Rio de Janeiro, mostrou que os negros possuem 23,5% mais chance de sofrer agressão letal, estando 78,9% destes no decil superior da distribuição de probabilidade de sofrer homicídio. Perfil semelhante foi observado em todas os estados da Federação, com exceção do Paraná, os negros com idade entre 12 a 29 anos possuíam maior risco de exposição à violência do que brancos na mesma faixa etária. E no ano de 2012, o risco de um jovem negro morrer vítima de homicídio era 2,6 vezes maior do que de um jovem branco (BRASIL, 2015).

Neste contexto é digno de nota a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

disparidade racial no padrão de evolução temporal da mortalidade por homicídios, no qual, ao mesmo tempo em que se verifica redução na mortalidade de homens brancos há aumento em homens negros. O Atlas da Violência, publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), mostrou que no período de 2005 a 2015, houve redução de 12,20% nos coeficientes de mortalidade por homicídios em jovens brancos e aumento de 18,2% nos negros. Na região Nordeste este aumento foi mais pronunciado, sobretudo nos estados da Bahia (+108,00%), Ceará (+149,70%), Sergipe (+197,40%), Rio Grande do Norte (+331,8%) (CERQUEIRA, 2017). O caso de Alagoas, merece destaque, pois representa o estado com maior chance de assassinato para um homem negro, é a localidade com menor risco de violência letal para um homem branco (CERQUEIRA E MOURA, 2014; CERQUEIRA, 2017).

Essa realidade derruba o mito da democracia racial, escancarando o racismo que estrutura as relações sociais em nosso País, e segundo Cerqueira e Coelho (2017), os negros não morrem mais apenas porque são pobres, mas morrem mais por serem negros. Grande parcela da diferença nas condições socioeconômicas entre negros e brancos é devido ao racismo, seja por políticas e práticas

educacionais discriminatórias, seja por discriminação ao acessar o mercado de trabalho (CERQUEIRA e COELHO,2017). E assim, há uma passagem intergeracional da pobreza, consequência do abandono, ao qual a população negra foi relegada logo após a abolição da escravatura (CERQUEIRA e COELHO,2017; CERQUEIRA et al.,2017).

Os territórios nos quais a maior proporção dos moradores são afrodescendentes, são localidades que sofrem abandono do Estado, que só se faz presente por meio do seu braço armado (Forças de Segurança Pública), que em suas ações, desrespeitam os Direitos Humanos através do uso da força e de práticas letais, sem sofrer fiscalização efetiva do Ministério Público. Assim, os jovens negros brasileiros, estão morrendo ora pelas mãos do tráfico, ora pelas mãos das forças de Segurança Pública em ações formais ou por meio de milícias, contribuindo para a manutenção do extermínio da população negra (CERQUEIRA et al., 2017; REICHENHEIM et al., 2011; ZALUAR,1994).

Concomitantemente ao aumento dos homicídios na juventude negra no Brasil, verificou-se a disseminação e interiorização da violência.

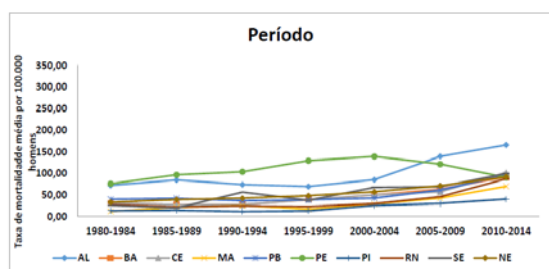


XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

No processo de disseminação da violência, os homicídios tornam-se problema de Segurança e Saúde Pública em Unidades Federativas que apresentavam nas décadas anteriores baixas taxas de homicídios, e assim não estavam preparadas para atuar na epidemia da violência que começou a ocorrer em meados dos anos 2000. A interiorização da violência consiste no processo de redução e estagnação dos homicídios em áreas urbanas e aumento em áreas rurais e cidades de pequeno porte (STEEVES et al.,2015).

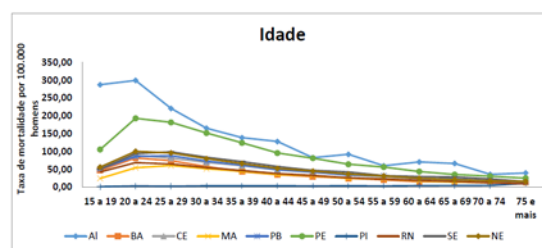
A disseminação da violência se fez presente na região Nordeste, com aumento progressivo das taxas de mortalidade em todos os seus estados a partir dos anos 2000. As maiores taxas foram verificadas no período de 2010-2014, com exceção de Pernambuco, em que o maior coeficiente foi verificado no quinquênio de 2000-2004 (139,35 óbitos por 100.000 homens) (Figura 1). Ainda, destaca-se o volumoso aumento da mortalidade, quando se compara o início da década de 1980 (1980-1984) e o período de 2010-2014 (Tabela 1).



Fonte:SIM/DATASUS

Figura 1. Taxa de mortalidade média, segundo quinquênio e estados da região Nordeste, no período de 1980 a 2014, Natal, 2018.

O processo de disseminação e interiorização da violência mantém o mesmo perfil da mortalidade das grandes metrópoles, em que há maior risco de óbito para jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, de raça/cor preta e parda, com baixa escolaridade e residentes das regiões mais pauperizadas das cidades. E assim, na região Nordeste, verificou-se mais de 80% dos óbitos em homens de raça/cor preta e parda, no período de 1996 a 2012 (NORTE, 2016), com pico de incidência nas faixas etárias de 20-24 anos, seguida pela faixa etária de 25-29 anos, e 30-34 anos, no entanto (Figura 2).



Fonte:SIM/DATASUS

Figura 2. Taxa de mortalidade média, segundo, faixa etária, no período de 1980 a 2014, Natal, 2018.

Tabela 1. Taxas de mortalidade médias padronizadas, no primeiro e último quinquênio em estudo, e a variação percentual comparando os dois quinquênios, Natal, 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

Localidade	1980-1984 ¹	2010-2014 ²	Δ % entre 1 e 2
Alagoas	72,26	166,18	129,97
Bahia	31,45	91,76	191,78
Ceará	31,45	101,81	223,76
Maranhão	12,23	70,30	475,03
Paraíba	40,11	95,96	139,23
Pernambuco	76,16	90,47	18,78
Piauí	13,63	40,55	197,51
Rio Grande do Norte	27,96	87,76	213,85
Sergipe	26,09	99,89	282,83
Nordeste	33,38	91,97	175,53

No que diz respeito à evolução temporal da mortalidade por homicídios na região Nordeste e em cada um dos seus estados, no período de 1980 a 2014, verificou-se aumento, estatisticamente significativo no Nordeste e em todos os seus estados, exceto no estado de Pernambuco que evidenciou tendência estacionária (0,47%; IC95% -0,42 a 1,37%) (Tabela2). As taxas de mortalidade por evento cuja intenção é indeterminada, apresentou redução na variação percentual anual, nos estados de Alagoas e Sergipe, e aumento nos estados da Bahia, Paraíba, Piauí e na região Nordeste, nos demais estados observou-se estacionariedade (Tabela2).

Tabela 2. Variação percentual anual estimada (EAPC) da mortalidade por homicídio e evento cuja intenção é indeterminada

(ECI), e seus respectivos intervalos de confiança de 95%, segundo estados da região Nordeste, Natal, 2018.

AL	EAPC*	IC95%		BA	EAPC	IC95%	
		LI**	LS***			LI	LS
Agressão	3,10	2,25	3,95	Agressão	4,91	2,99	6,88
ECI	-2,96	-0,10	-5,73	ECI	21,26	16,35	26,38
CE	EAPC	IC95%		MA	EAPC	IC95%	
		LI	LS			LI	LS
Agressão	4,22	3,40	5,04	Agressão	4,18	2,50	5,89
ECI	-0,20	-3,44	3,15	ECI	1,00	-1,66	3,73
PB	EAPC	IC95%		PE	EAPC	IC95%	
		LI	LS			LI	LS
Agressão	2,91	2,12	3,70	Agressão	0,47	-0,42	1,37
ECI	4,34	0,81	8,00	ECI	-0,58	-2,00	0,85
PI	EAPC	IC95%		Faixa etária	RN	IC95%	
		LI	LS			LI	LS
Agressão	4,57	3,62	5,53	Agressão	4,06	2,95	5,17
ECI	2,23	0,07	4,43	ECI	2,04	-0,74	4,91
SE	EAPC	IC95%		NE	EAPC	IC95%	
		LI	LS			LI	LS
Agressão	3,86	2,00	5,76	Agressão	2,92	2,08	3,75
ECI	-4,39	-8,58	-0,01	ECI	2,48	1,44	3,54

Legenda: *EAPC (variação percentual anual estimada), ** LI (limite inferior), *** LS (Limite Superior).

A magnitude da mortalidade por homicídios nos estados da região Nordeste, pode ser muito maior do que a apresentada no presente trabalho, devido à tendência ascendente dos registros classificados como evento cuja intenção é indeterminada (“homicídios ocultos”) em alguns estados dessa região. E a grande proporção dos óbitos assim classificados, podem ser atribuídos a morte por agressão (homicídios). Portanto na avaliação da evolução temporal da mortalidade por homicídios é importante analisar o comportamento dos registros com intencionalidade não determinada, pois muitas vezes a redução nos homicídios está sendo mascarada por aumento dos óbitos classificados como intencionalidade



XX REDOR

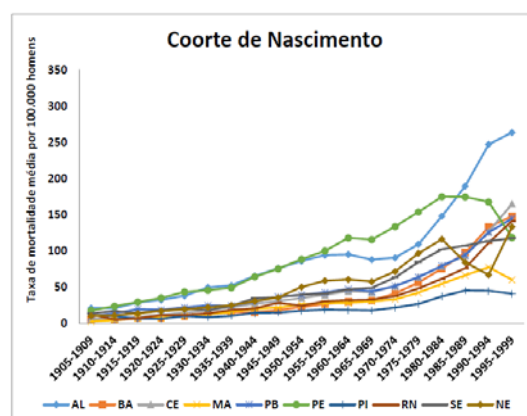
Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

indeterminada. Hipótese que foi confirmada pelo estudo de Cerqueira (2012) no município do Rio de Janeiro, em que a redução de 28,70% na mortalidade por homicídios, no período de 2006 a 2009, foi acompanhada por um aumento importante de óbitos cuja intencionalidade não era determinada (62,50%), e assim após técnicas de correção, o autor demonstrou que a redução nos homicídios era apenas de 3,60%.

A evolução das taxas de homicídios por faixa etária e coorte de nascimento, na região Nordeste, evidenciou aumento nas faixas etárias mais jovens, a partir da quinta década de vida e coorte de nascimento de 1960-1964, com as maiores taxas na coorte de 1990-1994. No que diz respeito às taxas médias de mortalidade padronizadas por coorte de nascimento, verificou-se perfil semelhante ao descrito acima, exceto, nos estados de Pernambuco, no qual há uma redução nas taxas nas três últimas coortes de nascimento, e no estado do Maranhão, pois há redução na última geração (Figura 3).

Acredita-se que o aumento do risco de morte por homicídios nas gerações mais jovens deva-se ao aumento absoluto e relativo do número de adolescentes e jovens na estrutura etária populacional, em decorrência da redução significativa na taxa de mortalidade infantil

nas últimas duas décadas. Promovendo o que é conhecido, como descontinuidade de coorte, impactando nos salários relativos, na demanda por educação, nas oportunidades de emprego, nas taxas de desemprego e criminalidade (MUNIZ, 2002).



Fonte: SIM/DATASUS

Figura 3. Taxa de mortalidade média, segundo coorte, no período de 1980 a 2014, Natal, 2018.

Os integrantes de largas coortes, na idade adulta estarão expostos à maior competição pelo mercado de trabalho e com isso, terão menor possibilidade de seguridade econômica. E desta maneira, estarão mais sujeitos a alto nível de desvio de conduta, por dificuldade em alcançar as metas sociais de sucesso e sobrevivência (AGNEW, 1997; O'BRIEN, 2002; O'BRIEN e STOCKARD, 2002). Neste sentido, estudo desenvolvido por Muniz (2002) em regiões metropolitanas do



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Brasil, mostrou que as taxas de desemprego e ocupação de mulheres e das pessoas mais jovens (15-19 anos), são mais sensíveis ao tamanho populacional relativo.

Assim, os integrantes de coortes com muitos membros, estariam mais expostos às distintas formas de violências, devido à ineficiência do Estado em lhes garantir os direitos sociais básicos (EASTERLING, 1987; CERQUEIRA e MOURA, 2015; Ó BRIEN e STOCKARD, 2002).

No Brasil, a tragédia da juventude perdida apresenta duas importantes faces: perda de milhares de vidas humanas, e falta de oportunidades de educação de qualidade e de acesso ao emprego, que acabam alimentando o ciclo de violência e criminalidade devido à restrição material e anomia social (CERQUEIRA e MOURA, 2013; CERQUEIRA e MOURA, 2015). Esta realidade se repete há décadas e segundo Cerqueira e Moura (2013) escancaram a nossa irracionalidade social. Não se investe em educação infantil, atribuindo as crianças e jovens, em condições de maior vulnerabilidade a responsabilidade pelo seu crescimento pessoal e amadurecimento, pois não há a devida supervisão e orientação de adultos. Reduzindo assim o

desenvolvimento de capital social destes, aumentando o risco de envolvimento com atos criminosos (EASTERLING, 1987; CERQUEIRA e MOURA, 2015; Ó BRIEN e STOCKARD, 2002; PHILIPS, 2009).

O aumento absoluto e relativo de jovens na população, não é determinante para a elevação da criminalidade e violência letal, pois outros fatores criminogênicos como o grau de pobreza, acesso ao emprego, à renda, e à educação podem alterar a associação entre tamanho relativo das coortes e taxa de homicídio (PHILIPS, 2009; PAMPEL e GADNER, 1995). Estudo desenvolvido por Pampel e Gadrner (1995) evidenciou que a relação entre estrutura etária da população e taxa de criminalidade variou de acordo com o contexto socioeconômico e cultural dos países avaliadas. E as localidades com instituições para a proteção social mais desenvolvidas e fortes, apresentaram atenuação da correlação positiva entre estrutura etária da população e taxa de criminalidade. (PAMPEL e GADNER, 1995).

No Brasil, o genocídio dos jovens vem sendo denunciado há anos por Organizações não Governamentais, Movimentos Sociais e Organizações de Direitos Humanos, no entanto o Estado



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Brasileiro, não foi capaz de implementar políticas intersetoriais para modificar essa realidade. Pelo contrário, com a política de ajuste fiscal implementada pela Emenda Constitucional 95, estima-se que a mortalidade por homicídio continuará com alta magnitude e tendência ascendente, pois manterá um grande contingente de crianças e jovens sem acesso aos direitos sociais básicos, ampliando o risco de envolvimento destes com atos de criminalidade e de vitimação por violência letal.

CONCLUSÃO

O homicídio é realidade para a maioria das cidades do país e aumenta a cada ano nos estados da Região Nordeste, vitimizando sobretudo jovens negros, de baixa escolaridade e moradores das regiões periféricas, em territórios denominados por Zaluar (1994) como territórios de “não Estado Democrático de Direito”. Os jovens adultos que residem nestas localidades têm menor acesso ao emprego e renda, expondo-os as ações criminosas como maneira de atingir os objetivos de sucesso social e expressão de virilidade.

O Estado Brasileiro obteve êxito na redução da mortalidade infantil nas últimas décadas, devido as ações de ampliação do acesso a assistência à saúde e redistribuição de renda. No

entanto, não foi capaz de implementar medidas para que as crianças residentes nas áreas de maior vulnerabilidade social pudessem atingir a expectativa de vida média da população brasileira. E assim, muitos que sobreviveram à primeira infância estão morrendo à bala na adolescência ou idade adulta jovem, sendo o gatilho apertado, ora pelas forças de Segurança Pública, ora pelo tráfico.

As consequências são diversas atingindo não só as vítimas, mas seus familiares e amigos, gerando o sentimento de que as suas vidas não têm valor. Pois são anos convivendo com a ausência do Estado, mortes não esclarecidas com a impunidade sendo a regra (REICHENHEIM et al., 2011).

A sociedade frente a essa tragédia, pede como resposta ações policiais com maior truculência, redução da maioridade penal e encarceramento em massa. Medidas que contribuem para a repetição do ciclo da violência, pois não atuam na raiz do problema, que é melhorar as condições de vida dos indivíduos com maior risco de serem vítimas ou executores de violência (Cerqueira et al., 2017).

A realidade atual sinaliza para a manutenção genocídio dos jovens negros brasileiros, pois o candidato eleito para ser o próximo presidente, tem um discurso



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

contrário aos Direitos Humanos, a favor da redução da maioria Penal, a favor da revogação da Lei do Desarmamento, contrário às Políticas de redistribuição de renda. E assim, o discurso “ Bandido bom é bandido morto” foi validado por milhões de brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGNEW, Robert. “The Nature and Determinants of Strain: Another Look at Durkheim and Merton.” **The Future of Anomie Theory**. Nikos Passas and Robert Agnew, editors. Northeastern University Press, P. 27-51,1997.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Letramento, Justificando, 144p, 2018

ALONSO-VILLAR, Olga. Measuring concentration: Lorenz curves and their decompositions. *Ann. Reg. Sci.*, v.74, n.2, p.451-475,2011.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Rev. bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 30, supl. p. S171-S191, 2013.

BARCELLOS , Christovam et al. Organização Espacial, Saúde e Qualidade de Vida: Análise Espacial e Uso de Indicadores na Avaliação de Situações de Saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*,v. 11,p. 129-38, 2002.

BARCELLOS, Christovam. Unidades y escalas en los análisis espaciales en salud. **Rev Cubana Salud Pública**, Ciudad de La Habana, v. 29, n. 4, dic. 2003.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro. O efeito das oportunidades no mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil. *Anais do Encontro Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia*. Florianópolis (SC), 2015.

BRASIL. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e desigualdade racial 2014. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2015.

CERQUEIRA, Daniel. Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil. Texto para discussão, n.1848. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Brasília, 2013.

CERQUEIRA, Daniel. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 201-235, 2012.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, jun. 2017.

CERQUEIRA, Daniel e COELHO, D. Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida. TD 2267 – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Brasília, 2017.

CERQUEIRA, Daniel.; MOURA, Rodrigo Leandro Custo da Juventude Perdida no Brasil. - Ipea, Brasília, Janeiro de 2014.

EASTERLIN, Richard A. Birth and Fortune: The Impact of Numbers on Personal Welfare (rev. ed.), Univ. of



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Chicago Press, Chicago.

KEIJZER B. Hasta donde el cuerpo aguante: género, cuerpo y salud masculina. In: Caceres C, Cueto M, Ramos M, coordinadores. **La salud como derecho ciudadano: perspectivas y propuestas desde América Latina**. Lima: Facultad de Salud Pública y Administración de la Universidad Peruana Cayetano Herida; 2003. p. 137-15.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. As discontinuidades demográficas exercem efeito sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, 2009.

NORTE, Cícera Romana. Tendência da mortalidade por homicídio em homens nos estados da região Nordeste no período de 1996 a 2012. Trabalho de conclusão de Curso- Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, p.40, 2016.

NORTE, Cícera Romana et al. Femicídio nos estados da região Nordeste do Brasil, uma tragédia cotidiana do machismo. Trabalho apresentado no VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do

Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016. Disponível em : <http://187.45.187.130/~abeporgb/xxencontro/files/paper/942-697.pdf>

O'BRIEN, Robert M Variations in Age-Specific Homicide Death Rates: A Cohort Explanation for Changes in the Age Distribution of Homicide Deaths. *Social Science Research*, v. 31, p.124–150, 2002.

O'Brien, Robert M. and Jean Stockard. Variations in Age-Specific Homicide Death Rates: A Cohort Explanation for Changes in the Age Distribution of Homicide Deaths. **Social Science Research**, v. 31, p.124-50, 2002.

Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo 2015.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, 2011.

PHILLIPS, Julie A. The Relationship between Age Structure and Homicide Rates in the United States, 1970 to 1999. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 43, p.230-260, 2009.

REICHENHEIM, Michael Eduardo et al. Saúde no Brasil 5 Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **Lancet**, v. 6736, n. 11, p. 60053-6, 2011.

STEEVES, Geoffrey et al. The interiorization of Brazilian violence, policing, and economic growth. *Economia*,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

v.16, p.359-375,2015.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SOUZA, Edinilsa Ramos et al .Homicides in Brazil: Evolution and Impacts. In: Lovisi GM, Mari JJ, Valencia ES, editors. **The Psychological Impact of Living under Violence. 1 ed. New York:** Nova Science Publishers, Inc; 2010. p. 1-14.

VILLASENOR-FARIAS, Martha. Masculinidad, sexualidad, poder y violencia: análisis de significados en adolescentes. **Salud pública Méx**, Cuernavaca , v. 45, supl. 1, p. S44-S57, 2003.

ZALUAR, Alba; NORONHA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: pobreza ou fraqueza institucional?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 10, supl. 1, p. S213-S217, 1994 .

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"